

4

Conclusão

Esse trabalho visou produzir uma análise dos deslocamentos internos de população no conflito colombiano que reinterprete o papel de alguns fenômenos que são centrais na ocorrência do deslocamento: a violência decorrente do conflito interno na Colômbia e o processo de expropriação de terra, que está intimamente envolvida com a produção dessa violência.

De forma não só a recuperar esses elementos, mas entender seu obscurecimento e sua ausência no debate na esfera pública colombiana, nós buscamos fazer essa análise tomando como referência dois processos sociais distintos que tomam lugar no espaço do internacional: o advento, nas relações internacionais, do discurso de uma Guerra contra o Terror, e a noção de segurança humana.

4.1.

O conflito colombiano e a ‘Guerra contra o Terror’

Buscar analisar o conflito colombiano, durante o mandato do Presidente Álvaro Uribe, recorrendo ao discurso da ‘Guerra contra o Terror’ não tem por objetivo reduzir o entendimento da postura de Uribe em relação ao conflito à sua adesão a esse discurso. O que se buscou entender foi o papel das novas articulações que esse discurso produziu no espaço internacional para o reforço e a reativação de padrões de interação que já vinham se mostrando presentes no conflito colombiano.

Dentre os diversos autores que discutem a guerra contra o terror, optamos por ressaltar a contribuição de Didier Bigo justamente pelo fato de ele nos permitir fazer essa dissociação. Ao conceitualizar o campo da insegurança globalizada, ele caracteriza a objetividade das práticas desses profissionais e a racionalidade que guia seu comportamento sem recorrer ao momento específico da guerra contra o terror. O que caracteriza a prática desses profissionais é a consolidação de um *habitus* que advém da prática de controle dos aparelhos de segurança em suas diferentes instâncias. Essa expertise, apesar de promover uma

visão de mundo comum através da qual os agentes desses diferentes aparelhos compartilham informação, não implica que os sistemas de classificação e hierarquização dentro do campo sejam exatamente as mesmas. Essas não só não o são como produzem estratégias de atuação conflitivas, que são colocadas em prática pelos diferentes agentes.

O que caracteriza esse novo papel que os dispositivos de segurança passariam a exercer no contexto do 11 de setembro é, segundo ele, é a des-diferenciação da segurança interna e externa, um processo que já vinha ganhando força ao longo dos anos 90 mas que alcançam uma nova magnitude por ocasião dos atentados, assim como da reação que estes desencadearam nas diferentes sociedades ao redor do mundo.

Esse também é um motivo pelo qual uma análise cuidadosa da história e do contexto do conflito colombiano se faz necessária para o desenvolvimento do argumento. Como procuramos mostrar ao longo do Capítulo II, a diferenciação entre a segurança interna e a segurança externa na Colômbia nunca foi nítida. Um dos elementos centrais dessa des-diferenciação está localizada na singularidade da formação do exército colombiano. Sua constituição remonta ao fim da chamada Guerra dos Mil Dias, conflito que terminou com a independência do Panamá. Diante de uma configuração política extremamente fragmentada, essa instituição foi, a princípio, relegada a um segundo plano por políticos que optaram por proteger suas propriedades com o auxílio de milícias privadas. Contudo, a partir dos anos 30, a intensificação generalizada dos protestos sociais levou a uma expansão do papel dos militares diante da necessidade de contensão das revoltas. Desse momento em diante, o envolvimento do exército com o conflito doméstico só fez crescer. A tal ponto que a própria identidade do exército colombiano não se construiu através do envolvimento de guerras internacionais, mas do conflito interno.

Essa priorização do conflito interno como uma questão de segurança nacional e internacional também foi potencializada pelo papel que os Estados Unidos vêm cumprindo no país, principalmente a partir da época da Guerra Fria. Já na década de 1950, quando a Colômbia foi o único país da América Latina a mandar tropas para ajudar os americanos na Coreia, as Forças Armadas Colombianas se tornaram familiarizadas com as técnicas de contra insurgência que estavam sendo desenvolvidos pelos americanos. Esse intercâmbio seria

intensificado com a Guerra do Vietnã e a adesão entusiástica da Colômbia à ‘Aliança pra o Progresso’, assim como pelo estabelecimento de diretrizes para o combate à contra-insurgência através do Plano Lazo e o envio de militares colombianos para serem treinados na Escola das Américas. A partir de meados da década de 1980, e principalmente com a subida ao poder nos Estados Unidos do Presidente Ronald Reagan, a atuação do país em relação à Colômbia e à região andina tomou um novo formato, o do discurso da ‘Guerra contra as Drogas’. Esse novo contexto foi marcado pela maior atuação da Central de Americana de Inteligência- CIA no país(e o apoio a implantação de redes de inteligência através da Colômbia), e pelo financiamento de batalhões anti-narcóticos. Finalmente, depois do 11 de setembro, a guinada da política externa americana para a construção de uma coalizão mundial antiterrorista possibilitou a utilização direta dos recursos reservados para a guerra contra as drogas para uma ação diretamente voltada para o combate aos grupos armados não estatais. Além disso, o governo americano tem intensificado a ajuda financeira, militar e de inteligência ao governo colombiano, apesar das críticas internas e internacionais que a ação do governo vem sofrendo.

4.2.

Considerações epistemológicas a respeito da leitura do conflito

Um dos objetivos de organizar o trabalho dessa forma é tornar possível reconhecer a densidade e a resiliência das práticas de violência e expropriação que marcam a trajetória das áreas rurais do país e ao mesmo tempo ressaltar a nova condição de legitimidade auferida à política repressiva do governo Uribe dentro do discurso da ‘Guerra contra o Terror’. O que o trabalho buscou foi mostrar que existem formações históricas condicionando a racionalidade desses atores, mas é possível objetificá-las em alguma medida sem essencializar os agentes empiricamente presentes e suas intenções.

Essa opção tem também por objetivo evitar análises que sejam deterministas seja em relação ao desenvolvimento e à potencial ‘intratabilidade’ do conflito, seja em relação ao comportamento dos atores envolvidos nele. Ainda no Capítulo II procuramos mostrar que em diferentes momentos a posição desses atores é ambígua no que diz respeito à adoção de uma racionalidade disposta ao

conflito ou a uma racionalidade disposta à negociação política. A maior disposição a negociação pode ser verificada nos diferentes atores, em diferentes momentos, e não pode ser reduzida à conveniência estratégica de uma posição particular no equilíbrio de poder entre as partes. Ao longo dos últimos 25 anos, as FARC tomaram algumas iniciativas no sentido da abertura democrática e da busca de espaços institucionais não só em diferentes momentos, mas sob diferentes circunstâncias relativamente à sua posição de força diante dos demais atores do conflito. O grupo tomou, por exemplo, a iniciativa da criação do partido político União Patriótica(UP), além de ter iniciado negociações com os governos dos Presidentes Belisário Betancur, César Gavéria e Andrés Pastrana. Da mesma forma os diferentes governos colombianos oscilaram entre a abertura para o diálogo e a unilateralidade da resposta militar em diversos momentos durante um mesmo mandato. Contudo a sobreposição entre a nova postura da política externa americana depois do 11 de setembro, a postura de um governo comprometido com a busca de uma saída militar para o conflito e as elites militares que voltam à cena política durante seu mandato, todos esses fatores cerceiam as circunstâncias de reativação de um *habitus* político e inviabilizam as medidas de construção de confiança necessárias para uma potencial abertura de canais de negociação.

4.3.

A segurança humana

Apesar de essa lógica atravessar de maneira significativa as diferentes dimensões do conflito colombiano, ela não nos permite discernir as implicações sociais e políticas de um conflito de tamanha complexidade. Para nos propormos a tal análise precisamos discutir relações mais específicas. Buscamos aprofundar a análise através de um recorte que ressalte os efeitos da guerra contra o terror e que expusesse as contradições que essa conjuntura impõe à sociedade colombiana. Optamos por uma discussão sobre os deslocamentos internos de população porque são, por um lado, um dos sintomas mais visíveis da violência excessiva produzida pelo conflito; e por outro constituem as populações mais marginalizadas e estigmatizadas pela sociedade colombiana, incorrendo numa crise humanitária e de direitos humanos que se torna mais grave a cada dia.

Para entender o papel que esse elemento cumpre nesse processo, buscamos recorrer àquilo que seria a origem do corpo normativo internacional para a proteção dos deslocados internos, e que influenciou a formulação da legislação colombiana a respeito do assunto. Nos voltamos para a análise do discurso da segurança humana e seu papel na edificação desse conjunto de normas.

A relação entre as propriedades da segurança humana e esse corpo normativo é estabelecida através do conceito de campo. Os agentes de um campo usam a sua expertise para moldar e afirmar o entendimento legítimo de um determinado objeto de acordo com as disposições que estão associadas a sua posição. No trabalho de Bourdieu, a investigação da autonomia relativa desse conjunto de relações que forma o campo advém do foco na especificidade dos bens sociais que são produzidos e dos profissionais encarregados desses bens. Para viabilizar a análise desse corpo normativo, nós optamos por concebê-lo como uma construção social produzida por este campo e que, desta forma, reflete não só seus conflitos como seus processos de dominação intrínsecos.

Durante a década de 1990, o número de populações internamente deslocadas atingiu uma dimensão sem precedentes no mundo, e atraiu dessa forma a atenção de pessoas preocupadas com a situação de grupos vulneráveis dentro de um ambiente de conflito. Por causa disso esse fenômeno se caracteriza como “um exemplo fundamental da tensão entre a segurança do indivíduo e a segurança do Estado”(MacFarlane e Khuong, 2006, p.221). Conforme apresentado no Capítulo III, a idéia central por trás do esforço de fortalecer as normas para a proteção internacional dos deslocados internos é a de ‘soberania como responsabilidade’. Ela prescreve que os governos têm a responsabilidade primária pela proteção de direitos humanos de seus cidadãos; mas, uma vez que eles se mostrem incapazes ou indispostos de fazê-lo, uma responsabilidade internacional para suprir as necessidades de proteção dessa população automaticamente emerge(Weiss e Korn, 2006, p.24-25). Fica muito claro nos diferentes documentos discutindo a questão do deslocamento que, no contexto de sua própria constituição como um bem social, ele é concebido através de uma interpretação da segurança humana voltada para as questões de proteção e da responsabilidade do Estado.

A partir do momento em que os deslocamentos internos de população se tornaram uma questão de preocupação internacional, o Estado colombiano tem buscado tomar a iniciativa no sentido de lidar com esse fenômeno através de

programas de assistência e dispositivos legais. A partir daí tem tido lugar todo um processo de normatização onde a Colômbia tem tido papel particularmente proeminente, tendo sido citada, como por exemplo no relatório *Human Security Now*, como uma referência para os demais países.

Contudo, diferentes organizações associam a ação do Estado colombiano à intensificação daquelas que são algumas das causas fundamentais do deslocamento, como as violações de direitos humanos e as execuções extrajudiciais. Elas alertam ainda para uma intensificação do fenômeno nos últimos anos, além do fato que o deslocamento, apesar de espacialmente disseminado, atinge as populações na Colômbia de forma perversamente seletiva, e intensifica o processo de marginalização das populações atingidas.

Para dar sentido a esse feedback negativo entre a normatização crescente das questões dos deslocados e o aprofundamento da crise humanitária e de direitos humanos na qual eles estão envolvidos, nós optamos por discutir a formação do corpo normativo para proteção das PIDs através do conceito de campo. Esta opção se mostrou apropriada por dois motivos.

Primeiramente, nos permitiu evitar a essencialização dos possíveis significados a serem atribuídos à segurança humana. Tal não só nos obrigaria a nos engajarmos num debate que não acrescentaria em nada em termos de capacidade analítica à discussão, como nos privaria de ressaltar um dos elementos mais importantes de nossa argumentação: a coexistência entre a objetividade da prática e a ambigüidade do conceito. Tanto no contexto da sua formulação das normas para proteção das PID quanto no contexto da sua aplicação no espaço social do conflito colombiano, temos que nos focar em instrumentos que nos permitam uma análise do significado do conceito a partir de seu uso.

Em segundo lugar, esta sensibilidade ao papel do contexto para o entendimento dos usos do conceito de segurança humana nos permite ainda uma análise mais sofisticada da idéia de que o advento da segurança humana é algo que corrobora o enfraquecimento sistemático do paradigma da segurança do Estado. A discussão que o trabalho propõe aponta para o fato de que dentro do próprio debate em torno da questão na esfera internacional há Estados incorporam sistematicamente a agenda da segurança humana (em suas diferentes leituras) como uma de suas prioridades de política externa. Além disso, a análise do contexto colombiano nos permite entender como mesmo Estados periféricos, que

pretensamente seriam enfraquecidos pela instrumentalização do discurso da segurança humana por parte dos países desenvolvidos, podem lançar mão do conceito de forma a reafirmarem suas responsabilidades e reforçarem seu papel na condução de seus assuntos domésticos.

De acordo com diversos autores (Kerr, 2007, Hampson, 2008⁸⁰; MacFarlane e Khuong, 2006), existem duas principais leituras do conceito de segurança humana. Alguns propõem uma leitura baseada na fusão entre segurança e desenvolvimento. Essa leitura é tem como pano de fundo os debates promovidos pelas agências da ONU voltadas para a questão do desenvolvimento desde o final da década de 1980, na qual se tentou construir uma alternativa crítica à noção de desenvolvimento nacional, que cumpria um papel particularmente importante na agenda de alguns países de Terceiro Mundo. Uma segunda leitura está mais diretamente associada com a questão da segurança física dos indivíduos dentro do ambiente de conflito. Os que propõem essa leitura estão buscando discutir a adesão às regras de direitos humanos e de direito internacional humanitário, assim como em normatizar o papel do Estado e a viabilidade da intervenção. Essas diferenças não significam que exista uma contradição fundamental entre as duas leituras. Pelo contrário, o que essa diferença sugere é que as redes de segurança global que vêm sendo construídas através do discurso da segurança humana se articulam de duas formas potencialmente complementares, mas significativamente diferentes.

Além disso, trabalhar partir do conceito de campo nos permite igualmente discernir a dimensão política por trás desse processo social, e portanto nos contrapor à análises como as de Sabina Alkire(2003) e Cristian Büger(2006), apresentadas anteriormente. A capacidade de comunicação que permite aos agentes dentro de um campo de exercer sua expertise em diferentes domínios não é neutra, mas reflete as relações de poder que são construídas pela própria consolidação do campo, mas que por efeito de sua operação se tornam invisíveis. Como Duffield enfatiza, sem que haja algum grau de conhecimento compartilhado a respeito da natureza do problema e de como ele deve ser enfrentado, as redes de governança que se articulam através do campo da segurança humana enfrentariam

⁸⁰ Fen Hampson usa três categorias, mas ela reforça que as dimensões humanitária e de direitos humanos são focadas no papel da proteção, e que são qualitativamente diferentes da dimensão do desenvolvimento (Hampson, 2008, p.231)

sérias dificuldades de coordenação(Duffield, 2001, p.73). A eficácia simbólica dessa noção é tal que, apesar de o consenso liberal que se encontra por trás dessas redes ser, na prática, constantemente posto em questão, freqüentemente os críticos tendem a questionar os métodos usados para a construção dessa paz liberal, se mostrando incapazes de enxergá-la como um problema em si mesma(Richmond, 2006, p.6)

4.4.

Considerações finais: a ambigüidade da segurança humana e o conflito colombiano

Esses elementos viabilizados pela utilização do conceito de campo nos são extremamente úteis para a análise da relação entre o governo colombiano e as PIDs. Eles nos permitem realçar dois elementos muito importantes a respeito das formulações colocadas em prática nesse contexto: 1- elas não são arbitrárias e; 2- elas não são neutras. Elas não são arbitrárias porque, ao circunscrevermos os debates em torno da segurança humana através do conceito de campo, nós limitamos o universo de significados dentro do qual o processo de construção social das normas que concernem à proteção dos deslocados internos se produz, e é dentro desses limites que nós podemos avaliar os diferentes significados a serem colocados em prática nos diferentes usos do conceito e suas implicações.

Por outro lado, elas não são neutras porque a imposição de determinados significados em detrimento de outros possíveis tem implicações para a composição da esfera social e política que refletem a hegemonia de determinados grupos. Isso é bastante elucidativo na análise do conflito colombiano, onde o uso da noção de segurança humana através da normatização da assistência dos deslocados têm duas características: por um lado, existe a predominância de uma racionalidade baseada no desenvolvimento humano, o não somente molda a própria caracterização da condição de deslocamento como um fenômeno econômico, como condiciona a responsabilidade da sociedade em relação a essa questão como uma questão de assistência, e não de proteção. Por outro lado, existe o controle, por parte das instituições públicas, de todas as fases de atendimento a essas populações deslocadas. Isso não é intuitivo uma vez que, como argumenta Duffield, o que caracteriza as redes de governança da segurança

humana é o processo de privatização e terceirização da segurança e das responsabilidades de desenvolvimento que teriam sido responsabilidade do Estado (Duffield, 2001, p.45).

Na Colômbia, o Estado está no centro da operação dessas redes. Essas políticas são despolitizadas, em benefício do Estado, de seu conteúdo de proteção e responsabilização. Isso torna invisível a violência que está na origem do fenômeno, pela qual o Estado e os grupos econômicos que o apóiam têm responsabilidade significativa (Springer, 2006, p.34). Essa hegemonia do Estado no campo simbólico tem um efeito crítico sobre as possibilidades do debate sobre deslocamentos na esfera pública da Colômbia. A amplitude dos espaços de debate é seriamente restringida pelo economicismo na direção do qual o governo colombiano conduziu as políticas públicas a respeito do assunto, esvaziando-o de conteúdo político e impedindo um debate sistemático sobre a produção da violência no interior do país.

Juntando essas duas características, podemos tirar conclusões relevantes a respeito da importância do uso do contexto na análise da segurança humana. Duffield e Waddell (2006) argumentam que, com o advento da 'Guerra contra o Terror', existe uma tensão crescente entre as necessidades de segurança dos países desenvolvidos e a consolidação das redes de segurança humana na periferia. De maneira tal que a agenda da segurança humana deveria se posta de lado e se tornar uma preocupação residual na medida em que uma agenda de segurança tradicional viesse a ser colocada em ação e se tornasse proeminente (Duffield e Waddell, 2006, p.12-13).

Contudo, quando nós nos deparamos com o caso colombiano, observamos que num país que, como diz Natália Springer, 'inventou um discurso para negar a proximidade da guerra', os deslocados internos são a expressão mais evidente da violência excessiva que domina o interior do país, e é por isso que a sua existência é negada e eles são vítimas de discriminação. Esse uso da segurança humana é aqui particularmente elucidativo de como ela pode ser instrumentalizada para defender e reforçar práticas não liberais dentro de regimes liberais e democráticos. Ao despolitizar o papel do Estado, nós o reafirmamos como o provedor da segurança, e ficamos restringidos em nossas possibilidades de imaginá-lo no papel de agente da violência, e de como poderíamos vir a torná-lo responsável por esses processos.

Nesse contexto, o uso da segurança humana que é colocado em ação através das políticas para as PIDs não somente converge com o discurso da ‘Guerra contra o Terror’, mas cumpre mesmo um relevante papel na legitimação dessa guerra. De fato, oferece ao governo os instrumentos para apagar suas próprias contradições.